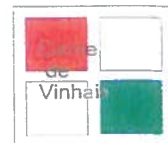


Relatório de Gestão
2020



ÍNDICE

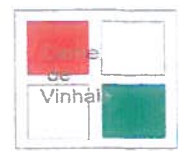
I. RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1) Envolvente económica
- 2) Evolução de negócios
- 3) Sustentabilidade
- 4) Análise económica e financeira
 - a. Principais indicadores dos ano
- 5) Perspetivas para 2021
- 6) Proposta de aplicação de resultados

II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2020

A. Almeida *[Signature]* *[Signature]*



1) Envolvente económica

Os pequenos centros urbanos dos territórios mais do interior e, em particular, as sedes de concelhos e cidades médias têm sido fundamentais para a estruturação do sistema urbano regional. Assim:

- Dificilmente é possível equacionar o desenvolvimento das zonas rurais sem ser no âmbito de uma rede policêntrica de centros urbanos de pequena e média dimensão;
- São fundamentais como centros de prestação de serviços à empresas e cidadãos;
- Sem eles, não é possível gerar círculos virtuosos de desenvolvimento local, isto é, círculos sustentáveis de consumo, rendimento, poupança e investimento;
- Agora o círculo que nos trouxe até aqui é irrepetível. Muito dependeu de um ciclo de investimento público, do alargamento das competências dos Municípios, da descentralização de funções da Administração Central (sobretudo nas áreas da educação e da saúde) e de políticas redistributivas;
- Enfim, o sistema urbano dos territórios do interior desenvolveu-se sem grande ligação com a sua envolvente agrícola e rural e das atividades produtivas que aí se pudessem instalar.

As tradicionais competências dos municípios em matéria de investimento público estão relacionados com a oferta de bens públicos locais. A escala ótima dessa oferta é municipal e os municípios, em muitas circunstâncias, não dependem de outros parceiros para as executarem;

- Quando se passa para o exercício de competências na área da promoção da competitividade da economia local, em muitas circunstâncias, a escala ótima deixa de ser municipal. É necessário encontrar escalas territoriais mais amplas de intervenção, envolvendo múltiplas parcerias (parcerias público-público e público-privadas);
- Os territórios pertinentes são aqueles que asseguram níveis adequados de autogoverno. Não existem políticas territoriais sem boas instituições que as suportem e assegurem a sua governação;



- Necessidade de consolidar um modelo de governação e sub-regional (NUTS III) que assegure níveis adequados de monitorização e de "accountability", a partir das Entidades Intermunicipais e das Estratégias Integradas de Desenvolvimento Territorial;

- As boas instituições são fundamentais para a consolidação do capital social indispensável para a promoção da ação coletiva territorial. As políticas públicas dificilmente geram capital social do tipo "novo". O que podem, e devem, fazer é melhorar o existente, quer se trate de confiança, normas ou redes sociais.

In: Norte2020 Estratégia de Competitividade do Território

O reposicionamento geo-estratégico da Terra Fria que a política comum e a reestruturação viária operaram, está à vista, até na sua envolvente mais próxima com a concatenação de todas as vias transfronteiriças, alargando-se já a dezanove as antigas cinco fronteiras oficialmente institucionalizadas.

Integrando o Maciço Hespérico, formação antiga profundamente metamorfozada e entrosada por rochas plutónicas, a Terra Fria apresenta dois fácies genericamente ajustados às regiões que a nascente e a poente se desenvolvem a partir do alinhamento orográfico das serras da Nogueira e Montezinho - a primeira, vasta e planáltica, estendida até ao Douro e abrangendo em grande parte a bacia hidrográfica do Sabor, seu afluente e a segunda, com relevo acentuado, percorrida pelas correntes do Tuela e do Rabaçal, que se precipitam no Tua e este no Douro. As serras de Sanabria e da Culebra, na sua envolvente galaico-leonesa, alimentam estes cursos e garantem a fecundidade dos lameiros dos vales profundos em contraste extremo com a aridez das encostas e a secura do planalto.

Região marcada por prados permanentes (lameiros), grandes extensões de carvalho negral, magníficos soutos de castanheiros e searas de trigo e centeio, está ainda desesperadamente presa a uma agricultura atávica e de subsistência, que o rigoroso clima de verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos, escarmenta e desengana.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2020



Os rudes condicionamentos da Natureza criaram aqui uma das maiores e melhores reservas ecológicas do país, justificando a delimitação dos Parque Naturais de Montesinho e do Douro Internacional e de zonas protegidas de particular interesse florístico e faunístico.

A presença imemorial do homem modelou a Natureza e introduziu algum exotismo que a valorizou, mas sempre numa sábia convivência transmitida de geração em geração, que caldeou o espírito do transmontano e inspirou os seus costumes e as suas tradições.

Numa perspectiva mais alargada, o enquadramento geográfico no país e na Europa tem colocado a sub-região numa situação periférica, partilhada por uma fronteira internacional quase cega e, como se viu, por uma rede deficiente de acessibilidades e comunicações com o remanescente do território nacional e em particular com os centros de decisão enquistados em Lisboa e no Porto.

Contudo, no processo de construção da União Europeia e perante o grande objectivo do reforço da sua coesão económica e social, os espaços transfronteiriços, se adequadamente incentivados, poderão ser geradores de novas centralidades, sobretudo pela inerente possibilidade de alargamento do mercado potencial, proporcionando a escala que falta ao mercado interno.

Mas, apesar destes benefícios, a Terra Fria, onde residem sessenta e seis mil habitantes, continua a sofrer o mal endémico do envelhecimento e esvaziamento demográfico, que se traduz já na perda de 17% da sua população nos últimos trinta anos, contribuindo, assim, para que a região cifre um dos mais baixos índices de desenvolvimento do país (58% da média nacional), reconhecendo-se absolutamente carente de bens, serviços e investimentos externos, que no seu território não tem sido possível implementar.

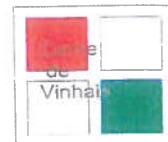
In: http://www.terrafria.pt/index.php?id_menu=99&title=territorio

2) Evolução de negócios

A Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM. SA, como empresa municipal, tem-se destacado na Região de Trás Os Montes, como referência de qualidade, no abate e na transformação de carnes, há mais de 15 anos.

RELATÓRIO DE GESTÃO – 2020

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Carmelita'.



A capacidade instalada, a estabilidade da equipa de recursos humanos e o efetivo volume de negócios, apresentam uma "estabilidade suspensiva", bastante reduzida, podendo com pequenos reajustes, potenciar um volume de negócios mais "confortável" e mais dinâmico, consubstanciado numa política mais pro ativa de serviços a prestar à comunidade.

A pandemia provocada pelo vírus sars cov 2 tem afetado negativamente a evolução da atividade da empresa.

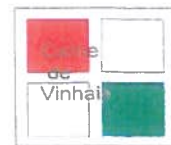
3) Sustentabilidade

A empresa tem desenvolvido a sua função económica e social no âmbito da sua natureza jurídica e do seu objeto social.

O principal e único acionista, o Município de Vinhais, respeitando os normativos legais, assegura a estabilidade da operação, pelo suporte dos reforços de tesouraria ou de investimento necessário.

Tendo como base a operacionalidade de uma unidade de abate de carne, garantindo qualidade sanitária na fileira da carne, desde o abate ao consumidor final e nas áreas intermédias de comercialização,

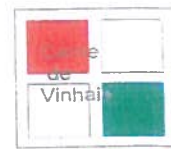
Para além da segurança alimentar, pela garantia da qualidade sanitária no abate e até ao consumidor, tem um outro efeito real e económico, pela proximidade aos produtores de gado em todas as suas raças e a redução do custo de transporte de e para outros matadouros, distantes. Assegura, ainda, a qualidade de 3 raças DOP, a Carne bovina Mirandesa, a raça de ovinos Churra Galega Bragançana e o Suíno Bísaro, qualquer delas importante e determinante para a economia local.



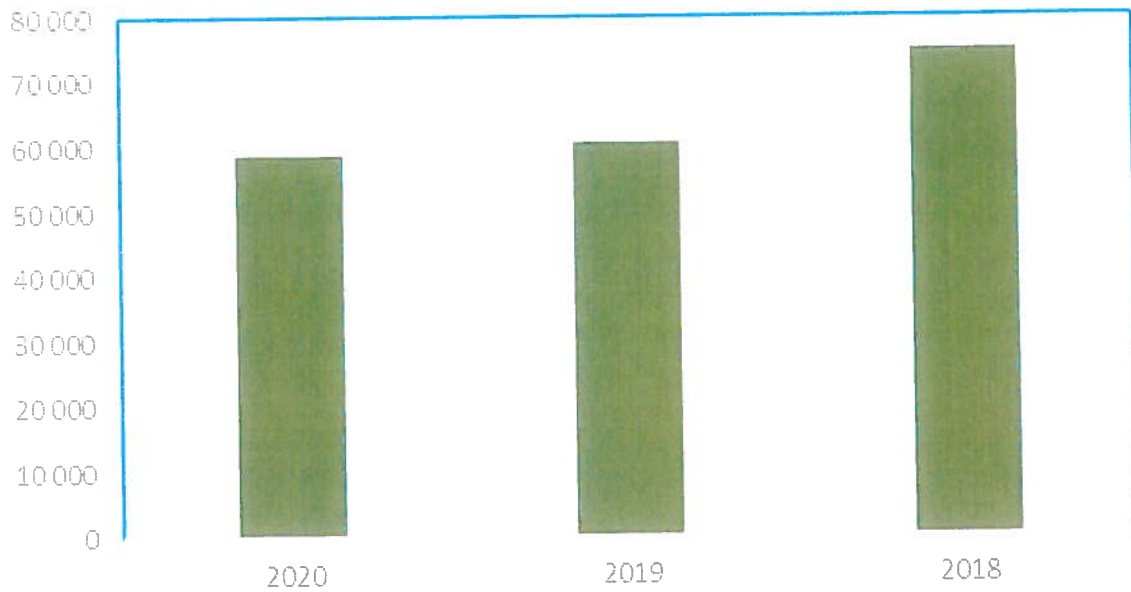
4) Análise económica e financeira

Principais indicadores

Síntese de Indicadores	Real 2020	Real 2019	Real 2018
Operacionais			
Abates			
Abate de Bovinho em Un. < 2 anos em Unid.	1 290	1 933	1 833
Abate de Ovinos/Caprinos em Unid.	1 884	2 759	2 103
Abate de Suínos em Unid.	1 464	1 364	1 900
Total Kg Globais	409 871	423 805	524 304
Volume de Negócios			
Volume de Negócios em Euros	91 294	149 286	163 066
Pessoal			
Número de efetivos	7	7	7
Gastos com pessoal em Euros	109 035	108 845	107960
Produtividade			
kilograma de abates p/ efetivo	58 553	60 544	74 901
Resultados			
EBITDA	-24 184	20 869	-28 821
EBIT	-40 081	3 724	-44 144
Financeiros			
Resultados			
Resultado Líquido	-40 519	2 048	-46 442
Capital Social			
Capital Social em Euros	50 000	50 000	107 935



Produção por colaborador



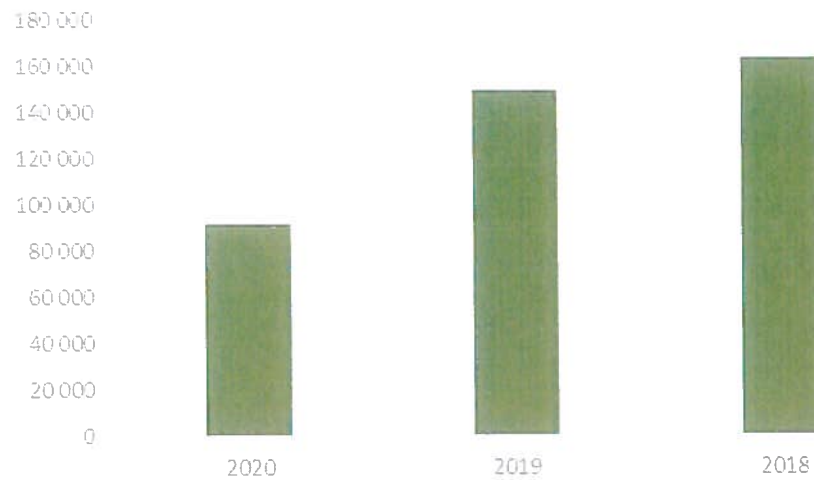
Evolução de Abates em Unidades



Réditos	2020	2019	Δ Absoluta	Δ em % face a 2019
Prestação de Serviços	91 294	149 286	-57 992	-38,85%



Prestação de Serviços



	2020	2019	Δ Absoluta	Δem % face a 2019
Gastos com pessoal	109 035	111 742	-2 706	-2,42%
N.º de pessoas	7	7	0	0,00%
Gasto médio por pessoa	15 576,46 €	15 963,08 €	-387	-2,42%

5) Perspetivas para 2021

Para 2021, perspetiva-se um ano muito difícil devido à pandemia provocada pelo vírus SARS COV 2, sendo necessário captar e fidelizar mais clientes, por forma a aumentar a rentabilidade da empresa e manter a sua sustentabilidade. Só desta forma será possível exercer o seu papel agente socioeconómico no concelho de Vinhais e na região.

6) Proposta de aplicação de resultados

A empresa apresenta resultados líquidos negativos no valor de €40.518,91 (quarenta mil quinhentos e dezoito euros e noventa e um cêntimos), pelo que a proposta da Administração para a aplicação dos resultados, é a sua integração total na conta de Resultados transitados.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2020

[Handwritten signatures and initials in blue ink]



Nota Final

Às Empresas e Entidades que nos honraram com a sua preferência, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

Às Entidades Bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, tornando-se parceiros inseparáveis da nossa jornada, o nosso reconhecimento.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração expressa o seu agradecimento.



II. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2020

[Handwritten signatures]



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
Activo			
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis	4	105 090.99	117 850.48
Activos intangíveis	5	-	7 000.00
Outros Investimentos Financeiros	6	1 271.70	1 195.78
		<u>106 362.69</u>	<u>126 046.26</u>
Activo Corrente			
Clientes	7	40 204.50	41 223.68
Adiantamentos a fornecedores	15	-	57.09
Estado e outros entes públicos	8	4 941.31	2 912.92
Diferimentos	9	1 764.79	1 268.17
Caixa e depósitos bancários	10	5 493.67	4 850.71
		<u>52 404.27</u>	<u>50 312.57</u>
		<u>158 766.96</u>	<u>176 358.83</u>
Total do Activo			
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	11	50 000.00	50 000.00
Resultados transitados		(620.89)	(2 668.96)
Resultado líquido do exercício		(40 518.91)	2 048.07
Total do Capital Próprio		<u>8 860.20</u>	<u>49 379.11</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	36 178.39	-
Outras Dívidas a pagar	13	8 610.00	8 610.00
		<u>44 788.39</u>	<u>8 610.00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14	58 272.92	38 542.63
Estado e outros entes públicos	8	32 635.05	43 584.26
Financiamentos obtidos	12	-	16 785.78
Outras dívidas a pagar	13	14 210.40	19 457.05
		<u>105 118.37</u>	<u>118 369.72</u>
		<u>149 906.76</u>	<u>126 979.72</u>
Total do Passivo		<u>149 906.76</u>	<u>126 979.72</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>158 766.96</u>	<u>176 358.83</u>

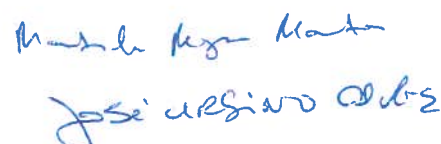
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO


Vinhais, 23 de abril de 2021

A ADMINISTRAÇÃO





Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

**Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020**

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
Vendas e Serviços Prestados	15	91 294,29	149 285,87
Subsídios à exploração	16	72 000,00	36 000,00
Fornecimentos e serviços externos	17	(63 936,73)	(63 600,33)
Gastos como pessoal	18	(109 035,23)	(111 741,56)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	(7 000,00)	-
Outros rendimentos	19	0,03	22 188,75
Outros gastos	20, 22	(7 506,20)	(11 263,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(24 183,84)	20 868,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 21	(15 897,04)	(17 145,25)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(40 080,88)	3 723,71
Juros e rendimentos similares obtidos	22	-	3,55
Juros e gastos similares suportados	22	(438,03)	(1 170,97)
Resultado antes de impostos		(40 518,91)	2 556,29
Imposto sobre o rendimento do período			(508,22)
Resultado líquido do período		(40 518,91)	2 048,07

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

[Handwritten signature]
CC85554

A ADMINISTRAÇÃO

Mantilha M. p. Mant
Jose cesario alves

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2020

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e
Transformação de Carnes EM SA

Anexo

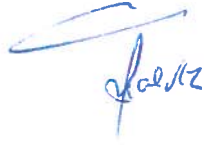
M. J. Santos
Carne de Vinhais - SA

índice

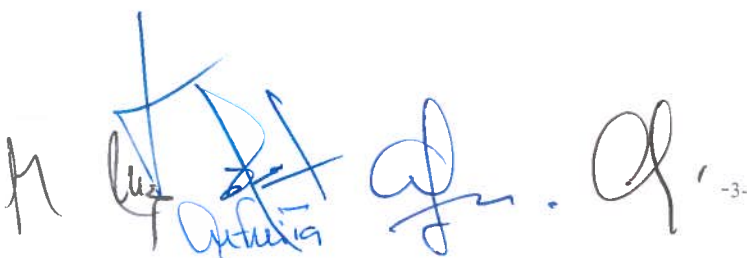
Demonstrações financeiras individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

• Balanço Individual em 31 de dezembro de 2020.....	4
• Demonstração dos Resultados Individuais em 31 de dezembro de 2020.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais em 31 de dezembro de 2020.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais em 31 de dezembro de 2020	7
• Anexo	
1. Nota introdutória.....	9
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras.....	9
3. Principais políticas contabilísticas	10
4. Ativos fixos tangíveis	13
5. Ativos intangíveis	14
6. Outros ativos financeiros/participações financeiras	15
7. Clientes	15
8. Estado e outros entes públicos	15
9. Diferimentos	15
10. Caixa e depósitos bancários	16
11. Capital Subscrito.....	16
12. Financiamentos obtidos	16
13. Outras dívidas a pagar.....	16
14. Fornecedores.....	16
15. Vendas e prestações de serviços	17
16. Subsídios.....	17
17. Fornecimentos e serviços externos.....	17
18. Gastos com o pessoal	17
19. Outros rendimentos.....	18
20. Outros gastos.....	18
21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização	18
22. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	18
23. Resultados financeiros	19
24. Resultados transitados.....	19
25. Eventos Subsequentes.....	19
26. Informações exigidas por diplomas legais	19

VIX



Demonstrações Financeiras Individuais
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Balço Individual em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.20</u>	<u>31.Dez.19</u>
Activo			
Activo Não Corrente			
Activos fixos tangíveis	4	105 090.99	117 850.48
Activos intangíveis	5	-	7 000.00
Outros Investimentos Financeiros	6	1 271.70	1 195.78
		<u>106 362.69</u>	<u>126 046.26</u>
Activo Corrente			
Clientes	7	40 204.50	41 223.68
Adiantamentos a fornecedores	15	-	57.09
Estado e outros entes públicos	8	4 941.31	2 912.92
Diferimentos	9	1 764.79	1 268.17
Caixa e depósitos bancários	10	5 493.67	4 850.71
		<u>52 404.27</u>	<u>50 312.57</u>
Total do Activo		<u>158 766.96</u>	<u>176 358.83</u>
Capitais Próprios			
Capital Subscrito	11	50 000.00	50 000.00
Resultados transitados		(620.89)	(2 668.96)
Resultado líquido do exercício		<u>(40 518.91)</u>	<u>2 048.07</u>
Total do Capital Próprio		<u>8 860.20</u>	<u>49 379.11</u>
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	12	36 178.39	-
Outras Dívidas a pagar	13	8 610.00	8 610.00
		<u>44 788.39</u>	<u>8 610.00</u>
Passivo corrente			
Fornecedores	14	58 272.92	38 542.63
Estado e outros entes públicos	8	32 635.05	43 584.26
Financiamentos obtidos	12	-	16 785.78
Outras dívidas a pagar	13	14 210.40	19 457.05
		<u>105 118.37</u>	<u>118 369.72</u>
Total do Passivo		<u>149 906.76</u>	<u>126 979.72</u>
Total do Capital Próprio e Passivo		<u>158 766.96</u>	<u>176 358.83</u>

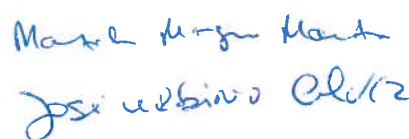
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 CC 85554

A ADMINISTRAÇÃO



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Demonstração dos Resultados Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

	Notas	31.Dez.20	31.Dez.19
Vendas e Serviços Prestados	15	91 294,29	149 285,87
Subsídios à exploração	16	72 000,00	36 000,00
Fornecimentos e serviços externos	17	(63 936,73)	(63 600,33)
Gastos com o pessoal	18	(109 035,23)	(111 741,56)
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	43	(7 000,00)	-
Outros rendimentos	19	0,03	22 188,75
Outros gastos	20, 22	(7 506,20)	(11 263,77)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(24 183,84)	20 868,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4, 21	(15 897,04)	(17 145,25)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	48	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(40 080,88)	3 723,71
Juros e rendimentos similares obtidos	22	-	3,55
Juros e gastos similares suportados	22	(438,03)	(1 170,97)
Resultado antes de impostos		(40 518,91)	2 556,29
Imposto sobre o rendimento do período			(508,22)
Resultado líquido do período		(40 518,91)	2 048,07

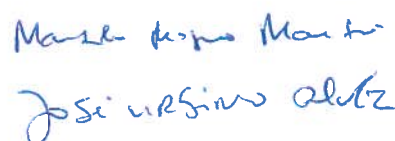
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras


Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO


CC85554

A ADMINISTRAÇÃO


José Urbano Aldeia



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Individuais
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2020**

(Valores expressos em euros)

	<u>Notas</u>	<u>31.Dez.20</u>	<u>31.Dez.19</u>
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		175 768,28	186 525,51
Pagamentos a fornecedores		(88 478,87)	(134 299,20)
Pagamentos ao pessoal		(73 515,35)	(100 253,70)
Caixa gerada pelas operações		<u>13 774,06</u>	<u>(48 027,39)</u>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(10 592,63)	(610,59)
Outros recebimentos/pagamentos		(31 951,88)	(30 887,77)
Fluxos de Caixa das Actividades Operacionais (1)		<u>(28 770,45)</u>	<u>(79 525,75)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(8 995,55)	(3 933,64)
Investimentos financeiros		(11,10)	(64,44)
		<u>(9 006,65)</u>	<u>(3 998,08)</u>
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		6 000,00	-
Dividendos		2,66	4,06
		<u>6 002,66</u>	<u>4,06</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Investimento (2)		<u>(3 003,99)</u>	<u>(3 994,02)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			50 000,00
Cobertura de prejuizos		14 441,94	84 681,10
Outras operações de financiamento		-	-
		<u>14 441,94</u>	<u>134 681,10</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(12 359,45)	(15 138,05)
Juros e gastos similares		(1 193,78)	(2 546,78)
		<u>(13 553,23)</u>	<u>(17 684,83)</u>
Fluxos de Caixa das Actividades de Financiamento (3)		<u>888,71</u>	<u>116 996,27</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		<u>(30 885,73)</u>	<u>33 476,50</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período		<u>35 736,44</u>	<u>2 259,94</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	<u>4 850,71</u>	<u>35 736,44</u>

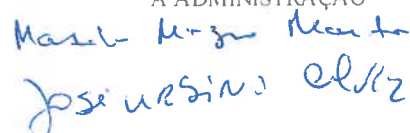
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 cc88551

A ADMINISTRAÇÃO



Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2020

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital			
	Capital subscrito	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2020	50 000,00	29 331,04	(46 441,94)	32 889,10
	Notas			
Alterações no período				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	-	(46 441,94)	46 441,94	-
capital próprio	-	(46 441,94)	46 441,94	-
Resultado Líquido do Período			(40 518,91)	(40 518,91)
Resultado Integral			5 923,03	(40 518,91)
Operações com detentores de capital próprio				
Entradas para cobertura de perdas	-	14 441,94	-	14 441,94
	-	14 441,94	-	14 441,94
Posição no Fim do Período 2020	50 000,00	(2 668,96)	(40 518,91)	6 812,13
	11			

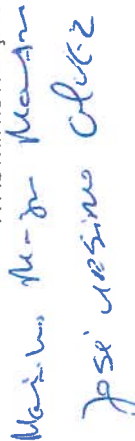
Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

 CC05554

A ADMINISTRAÇÃO

 José António Oliveira

Carnes de Vinhais - Sociedade de Abate e Transformação de Carnes EM Sa

Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individuais - Exercício de 2019

(Valores expressos em euros)

	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital			
	Capital realizado	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
Posição no Início do Período 2019	107 935,06	(174 835,60)	(53 059,44)	(119 959,98)
	Notas			
Alterações no período				
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	(107 935,06)	(53 059,44)	53 059,44	(107 935,06)
capital próprio	(107 935,06)	(53 059,44)	53 059,44	(107 935,06)
Resultado Líquido do Período			(46 441,94)	(46 441,94)
Resultado Integral			6 617,50	(154 377,00)
Operações com detentores de capital próprio				
Subscrições de capital	50 000,00	-	-	50 000,00
Entradas para cobertura de perdas	-	310 285,52	-	310 285,52
Outras operações	-	(53 059,44)	-	(53 059,44)
	50 000,00	257 226,08	-	307 226,08
Posição no Fim do Período 2019	50 000,00	29 331,04	(46 441,94)	32 889,10
	11			

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

Vinhais, 23 de abril de 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

VAF CC85554

A ADMINISTRAÇÃO

Manuela M-gio Monteiro

José Viegas Elvira

Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EM SA

Anexo às Demonstrações Financeiras Individuais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020

(Valores expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Empresa Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM SA, foi constituída em 1998, tendo sido transformada em empresa Municipal em 14-06-2019, tem sede na Zona Industrial em Vinhais. A Empresa tem como atividade principal o abate de gado.

O capital Social é de € 50.000, encontrando-se realizado na totalidade, tendo como único acionista o Município de Vinhais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

Em 2020 as demonstrações financeiras da Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EM SA foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema Normalização Contabilística (SNC) publicado no Decreto Lei 98/2015 de 2 de Junho, que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF), adaptadas pela Comissão de Normalização Contabilística (CNC) a partir das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – anteriormente designadas por normas internacionais de contabilidade) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (EU).

A adoção das Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez em 2010, pelo que a data de transição do referencial contabilístico POC para este normativo é 1 de janeiro de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Nos termos dessa norma, os efeitos reportados à data de transição para as NCRF (1 de janeiro de 2010) foram registados em capitais próprios.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

c) Regime do acréscimo

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos e diferimentos”.

d) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os ‘Impostos diferidos’ e as ‘Provisões’ são classificados como ativos e passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Carne de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carne, EM SA são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são, reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos ou perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 20
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros activos fixos tangíveis	1 - 4

As despesas com reparação e manutenção destes ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias.

✓
A. A. A.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas, quando a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto do período em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes gastos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, com exceção dos direitos de gestão de instalações, os quais são amortizados de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de marcas e patentes, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

3.4. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a Empresa tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica "Investimentos financeiros em equivalência patrimonial".

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.5. Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A. A. A.

VX
afadiz

3.6. Clientes e outros valores a receber

As contas de “Clientes” e “Outros valores a receber” não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas “Perdas de imparidade acumuladas”, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

3.7. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

3.8. Capital social

As ações são classificadas em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

3.9. Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.11. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são capitalizados caso sejam diretamente atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo, se não o forem serão registados como gastos do período.

3.12. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.13. Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

3.14. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4. Ativos fixos tangíveis

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2020 e de 2019 foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2019		
	Saldo em 01-Jan-19	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-19
Custo:			
Terrenos e Recursos Naturais	6 428,66	-	6 428,66
Edifícios e outras construções	241 192,67	-	241 192,67
Equipamento básico	550 985,53	7 313,45	563 568,75
Equipamento de transporte	72 428,92	-	76 298,46
Equipamento administrativo	4 853,45	-	4 853,45
Outros ativos fixos tangíveis	3 410,45	-	3 410,45
Investimentos em curso	1 599,04	-	-
	<u>880 898,72</u>	<u>7 313,45</u>	<u>895 752,44</u>
Depreciações acumuladas			
Terrenos e Recursos Naturais	1 927,96	-	1 927,96
Edifícios e outras construções	161 428,77	6 331,65	167 760,42
Equipamento básico	527 007,73	5 947,04	532 954,77
Equipamento de transporte	63 364,93	4 443,81	67 808,74
Equipamento administrativo	4 853,45	-	4 853,45
Outros ativos fixos tangíveis	2 173,87	422,75	2 596,62
	<u>760 756,71</u>	<u>17 145,25</u>	<u>777 901,96</u>

h

 -13-

Vix
 Saldo-2

	31 de Dezembro de 2020		
	Saldo em 01-Jan-20	Aquisições / Dotações	Saldo em 31-Dez-20
Custo:			
Terrenos e Recursos Naturais	6 428,66	-	6 428,66
Edifícios e outras construções	241 192,67	-	241 192,67
Equipamento básico	563 568,75	-	563 568,75
Equipamento de transporte	76 298,46	3 137,55	79 436,01
Equipamento administrativo	4 853,45	-	4 853,45
Outros ativos fixos tangíveis	3 410,45	-	3 410,45
	<u>895 752,44</u>	<u>3 137,55</u>	<u>898 889,99</u>
Depreciações acumuladas			
Terrenos e Recursos Naturais	1 927,96	-	1 927,96
Edifícios e outras construções	167 760,42	6 331,65	174 092,07
Equipamento básico	532 954,77	5 136,91	538 091,68
Equipamento de transporte	67 808,74	4 005,73	71 814,47
Equipamento administrativo	4 853,45	-	4 853,45
Outros ativos fixos tangíveis	2 596,62	422,75	3 019,37
	<u>777 901,96</u>	<u>15 897,04</u>	<u>793 799,00</u>

O Edifício foi dado como garantia real no financiamento de 50.000 euros junto do Credito Agrícola.

5. Ativos intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, foi o seguinte:

	31 de Dezembro de 2019		
	Saldo em 01-Jan-19	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-19
Custo			
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	26 121,20
Ativos Intangíveis em Curso	7 000,00	-	7 000,00
	<u>33 121,20</u>	<u>-</u>	<u>33 121,20</u>
Depreciações Acumuladas			
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	26 121,20
	<u>26 121,20</u>	<u>-</u>	<u>26 121,20</u>
	31 de Dezembro de 2020		
	Saldo em 01-Jan-20	Perdas por imparidade	Saldo em 31-Dez-20
Custo			
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	26 121,20
Ativos Intangíveis em Curso	7 000,00	(7 000,00)	-
	<u>33 121,20</u>	<u>(7 000,00)</u>	<u>26 121,20</u>
Depreciações Acumuladas			
Projectos de desenvolvimento (i)	26 121,20	-	26 121,20
	<u>26 121,20</u>	<u>-</u>	<u>26 121,20</u>

✓
 [Handwritten signature]

6. Outros ativos financeiros/participações financeiras

Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
	<u>Não corrente</u>	<u>Não corrente</u>
Crédito Agrícola Tras-os-Montes e Alto Douro	1 000,00	1 000,00
Fundo de Compensação do Trabalho	271,70	195,78
	<u>1 271,70</u>	<u>1 195,78</u>

7. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
	<u>Corrente</u>	<u>Corrente</u>
Clientes		
Clientes conta corrente	40 204,50	41 223,68
	<u>40 204,50</u>	<u>41 223,68</u>

8. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no ativo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
Ativo		
Imposto sobre o rend. das pessoas colectivas (IRC)	3 828,25	2 192,92
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	1 113,06	-
	<u>4 941,31</u>	<u>2 192,92</u>
Passivo		
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	4 364,36
Imposto sobre o rend. das pessoas singulares (IRS)	254,00	288,00
Segurança Social	6 421,33	1 124,36
FCT+FGCT	12,31	12,06
Outros impostos e taxas (Taxas Sirca)	25 947,41	37 795,48
	<u>32 635,05</u>	<u>43 584,26</u>

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos da rubrica "Diferimentos" do ativo e passivo foram como segue:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
Diferimentos (Ativo)		
Seguros pagos antecipadamente	1 764,79	1 268,17
	<u>1 764,79</u>	<u>1 268,17</u>

[Handwritten signatures and initials]

VH
 abate

10. Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
Caixa	2 827,43	1 344,06
Depósitos à ordem	2 666,24	3 506,65
	<u>5 493,67</u>	<u>4 850,71</u>

11. Capital Subscrito

Em 31 de dezembro de 2020 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, no valor de 50.000 euros. A entidade é uma EPMIR e o único acionista é o Município de Vinhais.

12. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Empréstimos bancários m.l.prazo (i)	36 178,39	15 950,36
Descobertos bancários contratados (v)	-	850,00
	<u>36 178,39</u>	<u>16 800,36</u>

13. Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Outras contas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-20</u>		<u>31-Dez-19</u>	
	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>	<u>Não corrente</u>	<u>Corrente</u>
Fornecedores de Investimento - Agropromotora	8 610,00	-	8 610,00	-
Pessoal - Acrescimos Férias + Sub. Férias	-	14 210,40	-	14 037,36
Pessoal	-	-	-	5 419,69
Auditoria	-	-	-	-
	<u>8 610,00</u>	<u>14 210,40</u>	<u>8 610,00</u>	<u>19 457,05</u>

14. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
Fornecedores conta corrente	58 272,92	38 485,54
Adiantamentos a fornecedores	-	57,09
	<u>58 272,92</u>	<u>38 542,63</u>

✓
galeiz

15. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos períodos de 2020 e de 2019 foram como segue:

	31-Dez-20			31-Dez-19		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Prestação de serviços	91 294,29	-	91 294,29	149 285,87	-	149 285,87
	<u>91 294,29</u>	<u>-</u>	<u>91 294,29</u>	<u>149 285,87</u>	<u>-</u>	<u>149 285,87</u>

16. Subsídios

	31-Dez-20	31-Dez-19
Subsídios à Exploração Município de Vinhais	72 000	36 000
	<u>72 000</u>	<u>36 000</u>

Os subsídios do Município de Vinhais são referentes ao contrato programa. Para colmatar os efeitos da pandemia provocada pelo vírus sars cov 2 foram feitas duas adendas ao mesmo.

17. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Serviços especializados	16 339,53	20 538,82
Materiais	6 024,83	4 937,58
Energia e fluidos	24 949,33	28 412,54
Deslocações, estadas e transportes	549,00	627,78
Serviços diversos (*)	16 074,04	9 083,61
Aluguer de Equipamentos	348,30	316,90
Comunicações	1 935,37	2 267,13
Seguros	2 615,51	2 446,65
Contencioso e Notariado	2 080,00	105,00
Outros Serviços	9 094,86	3 947,93
	<u>63 936,73</u>	<u>63 600,33</u>

18. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Remunerações dos órgãos sociais	17 195,82	14 958,49
Remunerações do pessoal	68 409,65	69 827,36
Benefícios pós-emprego	407,81	404,98
Indemnizações	-	-
Encargos sobre remunerações	18 489,59	20 088,42
Seguros	2 647,76	2 493,26
Gastos de acção social	-	-
Outros gastos com pessoal	1 884,60	3 969,05
	<u>109 035,23</u>	<u>111 741,56</u>

M *galeiz* *galeiz* *galeiz* *galeiz* *galeiz* *galeiz*

Em 2020 e 2019 a empresa teve 7 colaboradores.

19. Outros rendimentos

Os outros rendimentos e ganhos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,03	0,01
Outros rendimentos e ganhos	-	22 188,74
Correcções de Exercícios Anteriores	-	24,80
Reversão Taxas Sirca	-	22 163,94
	<u>0,03</u>	<u>22 188,75</u>

Em anos anteriores foram cobradas taxas SIRCA em excesso, que se encontravam registadas como dívida ao estado. Com a clarificação do custo das mesmas, foi reduzido o valor a entregar, tornando-se este valor um proveito da entidade.

20. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foram como segue:

	<u>31-Dez-20</u>	<u>31-Dez-19</u>
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,03	0,01
Outros rendimentos e ganhos	-	22 188,74
Correcções de Exercícios Anteriores	-	24,80
Reversão Taxas Sirca	-	22 163,94
	<u>0,03</u>	<u>22 188,75</u>

21. Gastos/reversões de depreciação e de amortização

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os gastos com depreciações e amortizações apresentavam-se como segue:

	<u>31-Dez-20</u>		<u>31-Dez-19</u>	
	<u>Gastos</u>	<u>Total</u>	<u>Gastos</u>	<u>Total</u>
Ativos Fixos Tangíveis	15 897,04	15 897,04	17 145,25	17 145,25
	<u>15 897,04</u>	<u>15 897,04</u>	<u>17 145,25</u>	<u>17 145,25</u>

22. Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)

	<u>31-Dez-20</u>		<u>31-Dez-19</u>	
	<u>Perdas</u>	<u>Total</u>	<u>Perdas</u>	<u>Total</u>
Em ativos intangíveis	7 000	7 000	-	-
	<u>7 000</u>	<u>7 000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Em 2016 foi reconhecido como Ativo Intangível em Curso o valor de 7.000 euros, referente à 1ª tranche, para elaboração de um projeto de alteração do estabelecimento industrial, como o projeto não avançou deixou de cumprir com as condições da NCRF – 6, tendo-se registado a respetiva imparidade.

23. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2020 e de 2019, tinham a seguinte composição:

	31-Dez-20	31-Dez-19
Juros e rendimentos similares obtidos		
Dividendos obtidos	-	3,55
	-	3,55
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	438,03	4 542,64
Outros gastos e perdas de financiamento	-	15,60
	438,03	4 558,24
Resultados financeiros	(438,03)	(4 554,69)

24. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica Resultados transitados.

25. Eventos Subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

26. Informações exigidas por diplomas legais

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto n.º 411/91, de 17 de outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

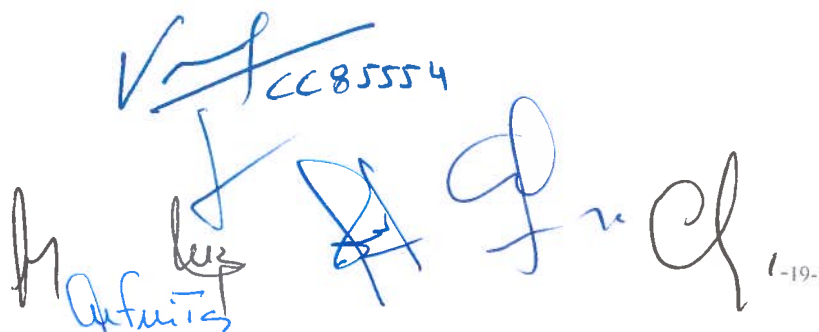
Para efeitos da alínea d) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2020, a Empresa não efetuou transações com ações próprias, sendo nulo o n.º de ações próprias detidas em 31 de dezembro de 2020.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

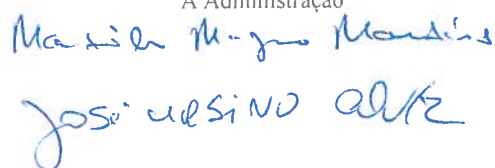
O aumento exponencial, desde o início do ano de 2021, do número de casos positivos de Covid-19, obrigou o governo a endurecer as medidas adotadas para travar a progressão do vírus e, no dia 15 de janeiro, Portugal entrou em confinamento, o que irá afetar novamente de forma negativa as contas da empresa em 2021.

O Revisor Oficial de contas, ao longo de 2020 auferiu 2.925€ de honorários.

O Contabilista Certificado


CC 85554

A Administração


Márcio Augusto Mendes
José Ursino Alves

Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A.
Relatório e Parecer do Fiscal Único
EXERCÍCIO de 2020

Ex.^{mos} Senhores Acionistas

Introdução

1. Nos termos da Lei e do mandato que nos conferiram apresentamos o Relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre as Demonstrações Financeiras apresentadas pelo Conselho de Administração da Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E. M., S.A. relativamente ao exercício findo em trinta e um de Dezembro de dois mil e vinte.

Trabalhos Efetuados

2. No decurso do exercício prosseguiu o Fiscal Único com a periodicidade julgada necessária e conveniente, por amostragem, à análise e apreciação dos registos e procedimentos contabilísticos inteirando-se da evolução da gestão social.
3. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal de Contas, em anexo, bem como o Relatório sobre as Conclusões e Recomendações da Auditoria, endereçado ao Conselho de Administração e aos acionistas, nos termos dos deveres de acompanhamento e fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Âmbito

4. No âmbito das nossas funções verificámos que:
 - i) O Balanço, a Demonstração de Resultados por naturezas, o Anexo, a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Alterações ao Capital Próprio, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da empresa e dos seus resultados;
 - ii) As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
 - iii) A proposta de aplicação de resultados tem claro fundamento.
 - iv) Conforme dispõe o artigo 54.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro foi elaborado o “relatório de boas práticas de governo societário”.

[Handwritten signatures and initials]

Anotação

5. Pelo facto da sociedade ter apresentado um resultado negativo de € 40.519,00 fez com que o seu capital se encontre perdido em 82%. Nos termos da Lei 50/2012 (art.º 40.º, n.º 2) cumpre ao Município, na qualidade de sócio único, proceder à cobertura desse prejuízo no cumprimento dos deveres de reequilíbrio financeiro da sociedade.

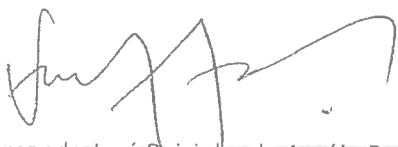
Parecer

6. Tudo devidamente ponderado, designadamente o que contém a Certificação Legal de Contas, somos de parecer que a Assembleia:
 - a) Delibere sobre a aprovação do Relatório de Gestão, Balanço, da Demonstração dos Resultados, do Anexo, da Demonstração de Alterações ao Capital Próprio e da Demonstração de Fluxos de Caixa, relativos ao exercício de 2020 apresentados pelo Conselho de Administração;
 - b) Delibere sobre a aprovação da proposta de aplicação do resultado líquido apresentada pelo Conselho de Administração;
 - c) Se pronuncie sobre o relatório de governo societário apresentado pelo Conselho de Administração;
 - d) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da sociedade.

O Fiscal Único agradece ao Conselho de Administração e a todos os serviços da empresa a colaboração prestada.

Bragança, 26 de Abril de 2021

O FISCAL ÚNICO



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Opinião com Reservas

1. Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A., que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2020 que evidencia um total de 158.767 euros e um total de capital próprio de 8.860,20 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 40.519 euros, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.
2. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da matéria referida na secção “ Bases para a opinião com reservas” as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Carnes De Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M., S.A. em 31 de Dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com “Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística”.

Bases para a opinião com Reservas

3. Apesar de termos feito o teste de confirmação externa de saldos com uma extensão significativa, a não obtenção de respostas por parte das empresas solicitadas e, também, os procedimentos alternativos de auditoria que usamos não nos terem permitido obter a evidência considerada necessária impede-nos de formar opinião sobre saldos de clientes no valor de € 16.043,71.
4. A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.
5. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Ênfases

6. Chamamos a atenção para o facto de existirem dívidas ao Estado em processo de execução fiscal (taxas SIRCA) e dívidas da mesma natureza que não estando em processo de execução fiscal se encontram em atraso e, por tal facto, sujeitas a coima e juros compensatórios que não se encontram provisionados.
7. O efeito da Pandemia provocada pelo COVID 19 teve, e está a ter, fortes consequências ao nível da economia de todos os países e da maioria das empresas. Tal efeito refletiu-se numa quebra no rendimento da atividade desta empresa que, a manter-se, deverá suscitar, por parte do órgão de gestão e do acionista

único, a adoção de medidas que mitiguem o seu efeito ao nível da exploração e dos resultados, como forma de assegurar o equilíbrio de exploração.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

8. O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com “Normas de Contabilidade e Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística”;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

9. O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

10. A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

11. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
 - avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
 - concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
 - avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.
12. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

13. Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Bragança, 26 de Abril de 2021



Fernando José Peixinho de Araújo Rodrigues (ROC n.º 1047)
em representação da S.R.O.C. n.º 92 – Fernando Peixinho & José Lima, Lda.



Fernando Peixinho & Jose Lima - SROC Lda



Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

RELATÓRIO ANUAL DE AUDITORIA EM

31 de dezembro de 2020

Carnes de Vinhais, E.M., S.A.

Handwritten signature in blue ink: Fernando Peixinho & Jose Lima - SROC Lda

RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO E CONCLUSÕES DE AUDITORIA

Ex.^{mos} Acionistas

Ex.^{mo} Conselho de Administração da Carnes de Vinhais, EM, S.A.

Introdução

O presente relatório é emitido nos termos dos deveres de acompanhamento, fiscalização e vigilância previstos no art.º 25.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto e subsidiariamente pelos deveres de fiscalização previstos no Código das Sociedades Comerciais e também tendo em atenção as disposições insertas no Estatuto do Revisor Oficial de Contas, mormente o veiculado dos deveres previstos no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas constante da Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro.

Âmbito

Procedemos à revisão legal dessa empresa e ao exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efetuado emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas que aqui damos como integralmente reproduzida.

Trabalhos Realizados

Durante o período em que desempenhámos funções e em especial na fase em que decorreram as operações de determinação dos resultados e encerramento das contas, efetuámos um conjunto de procedimentos, dos quais destacamos:

- Acompanhamento dos aspetos essenciais da gestão da entidade, tendo para o efeito solicitado e obtido os esclarecimentos considerados necessários, quer com a responsável administrativa e financeira quer com o contabilista certificado e, em algumas situações, com



a Administração, com quem fizemos reuniões periódicas para analisar o desempenho e determinados procedimentos relacionados com o controlo interno e com a evolução das operações.

- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, o Anexo, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, com as normas constantes no Sistema de Normalização Contabilística.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno existente na entidade, com especial incidência nas áreas de receção, contas a pagar, prestação de serviços, expedição e contas a receber, tendo sido efetuados os testes de conformidade apropriados.
- Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efetuados os testes substantivos seguintes, que considerámos adequados nas circunstâncias em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Análise e teste aos saldos bancários apresentados pela entidade;
 - b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores, outros devedores e credores e seguradoras) dos saldos das contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela entidade, tendo sido utilizados procedimentos alternativos nos casos em que não foi possível obter resposta;
 - c) Inspeção documental dos principais elementos do Ativo Fixo Tangível, confirmação direta da titularidade dos bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens e, bem assim, a consistência da política de depreciações
 - d) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
 - e) Análise das situações justificativas da constituição de ajustamentos para redução de ativos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
 - f) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos em que intervém a sociedade;

M. J. P. - el.



- g) Análise das operações e saldos com as sociedades e outras entidades onde existem interesses relacionados;
- Apreciação da política de seguros, de investimentos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

Informações Adicionais

Em consequência do trabalho efectuado, e para além das considerações feitas na Certificação Legal de Contas, entendemos dever relatar o seguinte:

Sistema de controlo interno

Do levantamento a que procedemos relativamente ao sistema de controlo interno anotamos as seguintes situações:

- a) A organização interna do Matadouro revela algumas deficiências em relação a procedimentos básicos de controlo que passamos a enumerar:
- Não obstante o Município ter tido a iniciativa de financiar a redução as taxas de abate para apoiar a atividade agropecuária não há evidência quanto ao grau de satisfação dos clientes, através de inquéritos periódicos promovidos por entidade independente, o que pode influenciar o número de abates realizados que, de acordo com a estatística da exploração do Matadouro, têm diminuído;
 - Não há evidência de existir um controlo de gastos ao nível da unidade de abate, que permita verificar qual o racional subjacente aos gastos incorridos e ao défice de exploração;
 - Não há evidência de o accionista único (Município) ter estabelecido um plano estratégico para a atividade da empresa com a fixação de objetivos quantitativos e qualitativos e proceder à sua monitorização e controlo;
 - Não há evidência de existir uma política de recuperação do número de abates, designadamente junto dos clientes sedeados no concelho de Vinhais e concelhos limítrofes e, de acordo com a revisão analítica a que procedemos, tendo por base a informação referente a anos anteriores, verificámos que a empresa tem vindo a diminuir os seus rendimentos operacionais;
 - Não há evidência de existir controlo orçamental e responsabilização pelo cumprimento



das metas estabelecidas.

- b) Ao nível interno deverão ser registados diariamente, em mapa auxiliar, todos os gastos incorridos e todos os rendimentos gerados pelo abate e venda dos couros (peles) e outros serviços prestados;
- c) Mensalmente deverá ser feita uma pesquisa dos preços praticados pelos concorrentes mais diretos para aferir sobre a competitividade da empresa;
- d) Deverá o Conselho de Administração reunir ordinariamente uma vez por mês e dar reporte ao Município sobre a evolução da exploração e, trimestralmente, apresentar uma demonstração de resultados sujeita a verificação e parecer pelo revisor oficial de contas;
- e) Face ao controlo sistemático da actividade da empresa deverá ser monitorizado o contrato programa de modo a garantir que a gestão obtém a maior eficiência na utilização dos recursos.

Definição do Índice de Materialidade

A materialidade constitui um elemento estratégico fundamental para o trabalho de auditoria, uma vez que define os erros e omissões toleráveis e que, no juízo profissional do auditor, não afetam com impacto relevante as demonstrações financeiras. Com efeito, o risco de auditoria é o risco de o auditor dar uma opinião inapropriada sobre as demonstrações financeiras, o qual se consubstancia na não deteção de erros, omissões ou fraudes de impacto material relevante.

O nosso trabalho foi planeado de acordo com as ISA's 320 e 450, com base na avaliação de um risco global de controlo médio/alto, ponderadas todas as componentes do controlo interno e a sua influência no risco de controlo global, ou seja, há áreas com menor risco de controlo do que outras. Tivemos ainda em consideração o conhecimento que possuímos da entidade, adquirido em anos anteriores e com especial ênfase para o facto de no início de 2020 ter surgido a pandemia COVID-19 que influenciou negativamente a economia ao nível da maioria dos setores de atividade e, por conseguinte, o risco da atividade da entidade. Por tal facto, os indicadores de referência e percentagens usadas no cálculo da materialidade em anos anteriores foram avaliados em função do impacto que a COVID-19 apresenta na estrutura económico financeira da entidade. Para efeitos de planeamento do trabalho de auditoria, por exemplo, em relação aos empréstimos obtidos e aos depósitos em bancos, considerámos a totalidade dos empréstimos e das contas de depósitos à



ordem, pelo que, a eventual ocorrência de erros e/ou omissões, tem uma materialidade de zero, na medida em que foram verificadas todas as operações.

Assim, tendo por base os valores retirados das demonstrações financeiras de 2019, ajustámos a materialidade global em € 1.814,99 e a materialidade de execução em € 1.542,74. No entanto, em relação aos Depósitos à Ordem, Empréstimos Bancários, Ativos Fixos Tangíveis e Investimentos em Curso efetuámos verificações integrais, que nos permitiram detetar erros e omissões até próximo de uma materialidade zero. A materialidade é o valor limite para os erros e omissões toleráveis que isoladamente, ou no seu conjunto, possam ter um impacto material relevante nas demonstrações financeiras.

1 – Meios Financeiros Líquidos

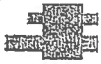
11 – Caixa

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo apresentado pela contabilidade era de € 2.827,43 não tendo sido por nós verificado por inexistência de evidência substantiva. Por tal facto, não nos foi possível validar as asserções mensuração, existência e plenitude.

12 – Depósitos à Ordem

O saldo global desta rubrica ascende a € 2.666,24. Procedemos à circularização das Instituições Bancárias com quem a empresa tem operações ativas (CCAM – Alto Douro e Caixa Geral de Depósitos), tendo sido obtida a resposta das duas entidades, as quais conferem.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluímos que em relação aos depósitos à ordem em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas, incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.



2 – Contas a Receber e a Pagar

21 – Clientes

Esta rubrica apresenta a 31 de Dezembro de 2020 um saldo de € 40.204,50.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de clientes seleccionámos 10 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas acompanhadas da conta corrente emitida a partir dos livros e registos da empresa e foi pedido a cada um desses clientes que nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Das 10 entidades seleccionadas apenas obtivemos duas respostas. Relativamente às entidades que não responderam, não obstante procedemos a testes alternativos de auditoria, nomeadamente análise de contas correntes, não tendo sido possível obter a evidência considerada necessária relativamente a saldos no valor de € 16.043,71.

Efetuámos, ainda, procedimentos analíticos de auditoria aos saldos constantes no programa de gestão comercial de modo a obtermos um grau de segurança aceitável sobre os valores constantes na informação financeira relatada. Da análise que efetuamos verificámos que a diferença entre o total relevado pela contabilidade, comparativamente ao total da gestão comercial é de € 11.311,98, influenciando, de forma material, a posição financeira da rubrica de clientes.

O cliente “211110000 – Cliente Indiferenciado” apresenta um saldo devedor no valor de € 40.204,50 que representa a totalidade da rubrica. O desdobramento do referido saldo encontra-se no programa de gestão comercial. Tal procedimento carece de uma integração do programa da gestão comercial na contabilidade, para se poderem identificar situações suscetíveis de cobrança mais ou menos duvidosa.

22 – Fornecedores

Esta rubrica apresenta a 31 de Dezembro de 2020 um saldo de € 58.272,92.

Da análise a que procedemos aos saldos das contas de fornecedores seleccionámos 8 com materialidade mais significativa, quer ao nível dos saldos quer dos movimentos. Nessa conformidade foram enviadas cartas circulares e foi pedido a cada um desses fornecedores que

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

nos respondesse a confirmar o saldo, ou não, e que nos enviasse a conta corrente emitida pela sua contabilidade. Desses 8 fornecedores apenas obtivemos uma resposta que confere.

Para as entidades de que não obtivemos resposta desenvolvemos os procedimentos alternativos que achámos adequados às circunstâncias, nomeadamente a análise das contas correntes do exercício de 2020 e início de 2021, com o objetivo de obter a evidência necessária para a formação da nossa opinião, no quadro do planeamento e da estratégia de auditoria que definimos (ISA's, 300, 315, 320 e 330).

23 e 63 – Gastos com o Pessoal

Efetuámos os testes de conformidade às rubricas relacionadas com os gastos com o pessoal, designadamente a verificação, por amostragem, de um mês de processamento de remunerações e procedemos à análise dos diferentes agregados desta rubrica tendo verificado os procedimentos administrativos em relação ao processamento de remunerações, o que nos permitiu formar uma opinião sobre a razoabilidade dos saldos relevados pela contabilidade, quer em relação à conta 23 – Pessoal, quer em relação à conta 63 – Gastos c/ pessoal.

24 – Estado

Relativamente à conta “24 – Estado e Outros Entes Públicos”, procedemos à verificação do cumprimento das obrigações legais, fiscais e contabilísticas em relação aos diferentes tributos e, bem assim, à conformidade dos registos contabilísticos.

Da análise efetuada, referimos o seguinte:

- Segurança Social, regista uma divergência no montante de € 612,55 entre os valores processados/balancete e o valor da guia do mês de Dezembro.
- O valor de € 25.947,41 diz respeito às taxas SIRCA, para as quais existe um processo de execução fiscal no valor de € 9.114,24 e o restante, diz respeito a taxas SIRCA que não foram abrangidas na execução fiscal mas que até à data ainda não foram pagas.





25 – Financiamentos Obtidos

Em relação aos financiamentos obtidos, cujo saldo a 31.12.2020 ascende a € 36.178,39, foram solicitadas a todas as Instituições Bancárias/Outras Entidades que têm operações ativas e passivas com a empresa para que nos informassem acerca dessas posições ativas e passivas e eventuais responsabilidades contingentes. Das 2 entidades selecionadas obtivemos a resposta de ambas as quais conferem.

Cumprimos a ISA 500 para a obtenção da prova e dos procedimentos realizados estamos convictos que eliminámos significativamente qualquer risco de distorção material. Concluimos que em relação aos financiamentos em instituições financeiras os saldos relevados apresentam apropriadamente a posição financeira da entidade e que estão efetuadas todas as divulgações para uma clara compreensão das políticas contabilísticas, incluindo as bases mensuração e o reconhecimento desses passivos e das eventuais responsabilidades contingentes.

27.11 – Fornecedores de Investimento

Esta rubrica apresenta a 31 de Dezembro de 2020 um saldo credor de € 8.610,00 referente a uma fatura de 2016, valor que se encontra por pagar e que já originou o desreconhecimento do Ativo Intangível.

27.22 – Credores por Acréscimos de Gastos

Esta rubrica apresenta, a 31 de dezembro de 2020, um saldo credor de € 14.210,40 referente ao acréscimo das férias, subsídio de férias e respetivos encargos.

28 – Diferimentos

Relativamente à rubrica “281 – Gastos a reconhecer”, verificámos que o saldo apresentado, no valor global de € 1.764,79, é referente à especialização dos seguros.

4 – Investimentos

41 – Investimentos Financeiros

A 31 de Dezembro de 2020 esta rubrica apresenta um saldo de € 1.271,70 respeitante ao Fundo de Compensações do Trabalho (trabalhadores admitidos a partir de 1 de Outubro de 2013 de acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 de Agosto) e a 200 títulos de capital detidos na CCAM do Alto Douro, de valor nominal € 5,00 cada.

43 – Ativos Fixos Tangíveis

Em relação a esta rubrica verificámos as aquisições com valores mais expressivos, através do documento de suporte. Dos documentos analisados não foram detetadas distorções materialmente relevantes, ou seja, damos como verificada a asserção mensuração. Esta rubrica a 31 de Dezembro de 2020 apresenta um saldo de € 105.090,99

5 – Capital, Reservas e Resultados Transitados

Relativamente às diferentes rubricas desta classe verificámos que as variações ocorridas resultam da afetação do resultado líquido do exercício de 2019 no montante de € 2.048,07.

6 / 7 – Evolução de Gastos e Rendimentos

Rubricas de rendimentos em que houve maior variação:

- “Vendas e serviços prestados”: diminuição de € 57.991,58, o que se traduz numa quebra de 39% em relação ao ano anterior. Tal efeito pode não significar a redução do número de abates, uma vez que as taxas de abate foram reduzidas em 50%, como de apoio do Município ao setor agropecuário;
- “Subsídios à Exploração”: aumento de € 36.000,00 face ao ano anterior para reforço do financiamento da redução das taxas de abate;
- “Outros Rendimentos”: decréscimo de € 22.188,72 em relação ao exercício de 2019.



Rubricas de gastos em que houve maior variação:

- “Imparidade de investimentos”: aumento de € 7.000,00 face ao período anterior;
- “Gastos com o Pessoal”: diminuição de € 2.706,33 em relação a 2019.

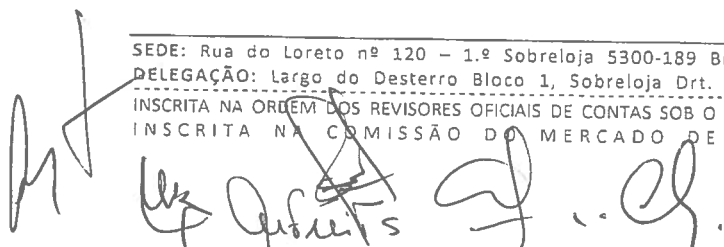
A estrutura global de exploração encontra-se no quadro que a seguir se apresenta:

RENDIMENTOS E GASTOS	2020	2019	Variação (€)	Variação (%)
Vendas e serviços prestados	91 294,29	149 285,87	-57 991,58	-39%
Subsídios à exploração	72 000,00	36 000,00	36 000,00	100%
Fornecimentos e serviços externos	-63 936,73	-63 600,33	336,40	1%
Gastos com o pessoal	-109 035,23	-111 741,56	-2 706,33	-2%
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	-7 000,00	0,00	7 000,00	100%
Outros rendimentos	0,03	22 188,75	-22 188,72	-100%
Outros gastos	-7 506,20	-11 263,77	-3 757,57	-33%
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS	-24 183,84	20 868,96	-45 052,80	-216%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-15 897,04	-17 145,25	-1 248,21	-7%
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)	-40 080,88	3 723,71	-43 804,59	-1176%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	3,55	-3,55	-100%
Juros e gastos similares suportados	-438,03	-1 170,97	-732,94	-63%
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	-40 518,91	2 556,29	-43 075,20	-1685%
Imposto sobre o rendimento do período	0,00	-508,22	-508,22	-100%
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	-40 518,91	2 048,07	-42 566,98	-2078%

Em síntese, é de sublinhar a variação ocorrida ao nível do EBITDA com um decréscimo de € 45.052,80, acompanhado pela redução do “resultado líquido” em € 42.566,98, a qual foi determinada pela redução em 50% das taxas de abate, só parcialmente reforçada pelo subsídio atribuído pelo Município para o efeito. De salientar que os custos operacionais, ou de exploração, se mantiveram constantes.

Acontecimentos Subsequentes

Não detetámos a ocorrência de acontecimentos após a data do encerramento das contas e até à data da emissão do presente relatório que, pelo seu possível efeito material, possam ter consequências na informação financeira futura. Todavia, a pandemia provocada pelo Covid-19, terá reflexos profundos na estrutura económico-financeira dos países atingidos afetando as condições de funcionamento e financiamento das instituições privadas.




Conclusões

No decorrer do trabalho efectuado não detectámos qualquer situação que ponha em causa o cumprimento da legalidade, quer em relação às leis aplicáveis, quer em relação ao contrato da sociedade.

Em nossa opinião o relatório e contas apresentado pelo Conselho de Administração da sociedade "Carnes de Vinhais, EM, S.A.", tendo em atenção a Certificação Legal das Contas e o Relatório Anual de Acompanhamento e Conclusões de Auditoria, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações.

Aproveitamos, ainda, a oportunidade para agradecer a colaboração prestada por todos os serviços da empresa e demais órgãos sociais.

Bragança, 26 de Abril de 2021



Fernando José Peixinho Araújo Rodrigues - (ROC nº 1047)
Em representação da S.R.O.C. Fernando Peixinho & José Lima. Lda.

ACTAS

Empresa: Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M.
Morada: Zona Industrial, Lt 18 - Vinhais

C.R.C. de Vinhais n.º 504168363 – Capital: 107.935,00 Euros C.F. 504168363

Empresa: Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, E.M.S.A.

Sede: Zona Industrial, Lote 18, 5320-338 Vinhais

C.R.C. de Vinhais n.º 504168363 – Capital: 50.000,00 Euros C.F. 504168363

ATA NÚMERO DOZE

Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e vinte e um, pelas catorze horas, reuniu na sede social, sita na Zona Industrial de Vinhais, a Assembleia-Geral da Empresa “**Carnes de Vinhais – Sociedade de Abate e Transformação de Carnes, EMSA**”, com o capital de 50.000,00 Euros, (Cinquenta Mil Euros), matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais, sob o número único de registo e de pessoa coletiva 504 168 363, ao abrigo do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais por se encontrar representada a totalidade do capital social e haver vontade expressa em deliberar sobre a ordem de trabalhos que a seguir se apresenta:

1. Apreciação e aprovação do relatório e contas relativas ao exercício do ano de dois mil e vinte;
2. Apreciação e votação da proposta de aplicação do Resultado Líquido;
3. Apreciação do Parecer do Órgão de Fiscalização.

A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de Administração – Martinho Magno Martins, e secretariada, a seu convite, pela Dra. Patrícia Martins Canteiro que verificaram a legitimidade da representação e do mandato do acionista único – Município de Vinhais, representado por Artur Jorge Pereira dos Santos Marques, conforme deliberação em reunião do órgão executivo do município datada de 25-06-2018.

De acordo com a ordem de trabalhos foram discutidos, apreciados e votados os pontos dela constantes, tendo sido deliberado por unanimidade dos votos correspondentes à totalidade do capital representado:

1. Aprovar o Relatório e Contas referentes ao exercício do ano de 2020;
2. Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido negativo, no montante de 40.518,91 (quarenta mil quinhentos e dezoito euros e noventa e um cêntimos), para integração total na conta de resultados transitados.
3. Concordar com as considerações constantes do Relatório e Parecer do Fiscal Único da sociedade. E nada mais havendo a tratar o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião, de que foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, pelo representante do Município e pelo secretário.

Artur Jorge Pereira dos Santos Marques



**CARNES DE VINHAIS, SOCIEDADE DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE
CARNES, E.M.S.A**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais N.I.P.C. 504168363 Capital
Social 50.000,00€

ATA N.º 1/2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas, na sede da empresa, reuniu ordinariamente o Conselho de Administração da **CARNES DE VINHAIS, SOCIEDADE DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE CARNES, E.M.S.A.**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação e aprovação do relatório e contas relativos ao exercício do ano de dois mil e vinte;
2. Apreciação e votação da proposta de aplicação de resultados;

De acordo com a ordem de trabalhos foram discutidos, apreciados e votados os pontos dela constantes, tendo sido deliberado por unanimidade:

1. Aprovar o Relatório e Contas referentes ao exercício do ano de 2020;
2. Aprovar a proposta de aplicação do resultado líquido negativo, no montante de € 40.518,91 (quarenta mil quinhentos e dezoito euros e noventa e um cêntimos), para integração total na conta de resultados transitados.

Registaram-se as presenças dos seguintes membros do Conselho de Administração:

Presidente: Martinho Magno Martins

Vogal: José Urbino Alves

E nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião, quando eram catorze horas e quarenta minutos, de que foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros do Conselho de Administração.

Presidente – *Marinho Magno Martins*

Vogal – *José Urbino Alves*

M *U* *Marinho Magno Martins* *José Urbino Alves*



**CARNES DE VINHAIS, SOCIEDADE DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE
CARNES, E.M.S.A**

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Vinhais N.I.P.C. 504168363 Capital
Social 50.000,00€

ATA N.º 2/2021

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos vinte e seis do mês de abril de dois mil e vinte e um, pelas dez horas, na sede da empresa, reuniu ordinariamente o Conselho de Administração da **CARNES DE VINHAIS, SOCIEDADE DE ABATE E TRANSFORMAÇÃO DE CARNES, E.M.S.A.**, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Apreciação do parecer do órgão de fiscalização;

De acordo com a ordem de trabalhos foi discutido, apreciado e votado o ponto único dela constante, tendo sido deliberado por unanimidade:

1. Concordar com as considerações constantes do Relatório e Parecer do Fiscal Único da sociedade.

Registaram-se as presenças dos seguintes membros do Conselho de Administração:

Presidente: Martinho Magno Martins

Vogal: José Urbino Alves

E nada mais havendo a tratar foi dada por encerrada a reunião, quando eram dez horas e trinta minutos, de que foi lavrada a presente ata que vai assinada pelos membros do Conselho de Administração.

Presidente – 

Vogal – 

